



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA.

Às 19h21min do dia 15 de outubro de 2013, no Plenário Amyntas de Barros, sob a presidência do vereador Henrique Braga e com a presença dos vereadores Jorge Santos e Gilson Reis, reuniu-se, em caráter extraordinário, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos para a realização da Audiência Pública com a finalidade “[...] de o Executivo fazer a apresentação do Plano Plurianual De Ação Governamental - PPAG, conforme áreas de resultado do Programa BH Metas e Resultados: Educação, Cultura e Modernidade; e de a sociedade ter a oportunidade de debater e de apresentar sugestões de alteração.”, em atendimento ao Requerimento nº 1.741/13, de autoria dos vereadores Henrique Braga, Gilson Reis, Jorge Santos e Adriano Ventura. Passaram a compor a mesa: 1) o presidente da Fundação Municipal de Cultura - FMC, Leônidas José de Oliveira; 2) a secretária municipal adjunta de Modernização, Lúcia Maria de Carvalho Otoni Vasconcelos e 3) a secretária municipal de Educação, Sueli Maria Baliza Dias. O presidente registrou a presença dos vereadores Pedro Patrus e Sérgio Fernando Pinho Tavares. Passou a palavra ao secretário municipal adjunto de Orçamento, Thiago Alexander Costa Grego, para que desse instruções sobre como acessar informações no sítio eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH. Thiago Grego informou que todos os arquivos referentes ao PPAG encontram-se no sítio eletrônico da PBH. Para acessá-los, orientou o interessado a acessar o *link* contas públicas e, neste, a documentação relativa ao PPAG. Afirmou que se encontram disponíveis os documentos relativos ao período que se iniciou em 1º/10/13. Comentou que a proposta orçamentária de 2014 também se encontra no sítio eletrônico da PBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ressaltou o interesse do Executivo em que haja participação popular no PPAG. O vereador Adriano Ventura passou a participar dos trabalhos. O presidente passou a palavra aos convidados, para suas exposições. O presidente orientou que a sociedade pode participar de projetos de lei do PPAG da Lei Orçamentária Anual - LOA - por meio de sugestões de emendas. Orientou que a comissão, após análise das sugestões, transformará em emendas as que julgar pertinentes. Acrescentou que as emendas podem ser apresentadas em formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico da CMBH ou por meio de protocolo na Diretoria do Processo Legislativo - DIRLEG, em formulário também disponível no sítio eletrônico mencionado. Passou a palavra para os representantes do Executivo, para suas exposições. Leônidas de Oliveira informou serem 4 os principais programas direcionados para a área cultural do Município, tendo como projeto sustentador o Rede BH Cultural. Informou que, por meio desse projeto sustentador, a PBH pretende requalificar, até o ano de 2016, os espaços culturais do Município, tais como bibliotecas e centros culturais. Noticiou a intenção de criação de centro cultural na Região Nordeste. Chamou a atenção para o crescimento do público envolvido em atividades artísticas no Município e afirmou que, em razão desse aumento de demanda, têm sido intensificadas ações da FMC. Comentou que têm sido ampliados também os recursos financeiros destinados à área cultural, mas apontou a necessidade de mais verba. Quanto às metas e resultados do plano de governo atual, citou: criação de Secretaria Municipal de Cultura, com intenção de manter a FMC; implantação de Museu da Imagem e do Som, provavelmente no local onde funciona o Cine Privê; revitalização de centros culturais e bibliotecas municipais; criação, em andamento, de espaço multiuso no parque municipal Américo Renné Giannetti, para atender de 2.000 a 3.000 pessoas; realização de 2 concursos literários: *João de Barro* e *Cidade de Belo Horizonte*; criação da Casa da Música, em andamento; Projeto Pampulha, Patrimônio da Humanidade, em fase de orçamento; restauração dos teatros Marília e Francisco Nunes, em andamento. Noticiou o aumento em 127% em relação ao período 2010-2013, para o período 2014-2016, dos valores previstos para a área



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cultural. Comentou que a gestão política dessa área tem sido realizada por meio de mapeamento de incidência de manifestações culturais no Município. Atribuiu a necessidade de ampliação dos recursos direcionados para a Cultura ao aumento de participação da população em atividades dessa área. Mencionou que, na FMC, têm sido realizadas ações por meio de editais. Detalhou que os editais para concursos culturais são subsidiados por propostas apresentadas pela população. Observou que a maioria dos projetos culturais se desenvolve na região Centro-Sul, mas afirmou que têm sido tomadas medidas para expandi-los para outras regiões. Comentou que a FMC desenvolve vários programas na área cultural e destacou a importância das ações dessa fundação na área de memórias, direcionadas para museus e para o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Apresentou gráfico relativo a custos de pessoal, custeio e investimentos no período de 2014 a 2017. Observou que o decréscimo, no final do período, dos valores investidos ocorre em razão do volume de grandes obras, nos primeiros anos desse período, em andamento. Lídia Vasconcelos informou que a área de resultado Modernidade possui 4 projetos sustentadores: Gestão Estratégica de Pessoas, BH Digital, Desburocratização e Melhoria de Atendimento ao Cidadão e Modernização da Receita e Captação de Recursos. Orientou que, para cada um desses programas, foram definidas metas, constantes no sítio eletrônico da PBH. Informou que 3 metas estão previstas para o programa Gestão Estratégica de Pessoas: Programa de Bonificação por Resultados, ampliado na administração direta e indireta; Política de Educação para o Servidor e Empregado público, com foco na melhoria do atendimento ao cidadão, a ser implementada até 2014 e Programa de Atenção Integral à Saúde, Segurança e Qualidade de Vida do Servidor. Comentou que cada meta possui gerência específica. Informou a intenção de ampliação da Central de Atendimento BH Resolve para as regiões Barreiro e Venda Nova, em 2016. Quanto ao Sistema de Gestão de Relacionamento com o Cidadão, afirmou que há previsão de aquisição de sistema informatizado que permita concentrar todos os recursos em uma mesma plataforma, para melhor interação e atendimento. Quanto aos valores previstos na área de Modernidade, destacou



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

o aumento de 26% no período 2014-2017 em relação ao período 2010-2013. Quanto aos investimentos, observou que eles decrescem na medida em que as demandas são atendidas. A secretária municipal Sueli Maria Baliza informou serem 4 os programas direcionados para a área de Educação e informou os 3 projetos sustentadores: Expansão do Ensino Infantil; Expansão da Escola Integrada; Melhoria da Qualidade da Educação. Chamou a atenção para o crescimento, no Município, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, no período de 2007 a 2015, e da porcentagem de alunos, com idade de 8 anos, com habilidade de leitura, na rede municipal, no período de 2009 a 2012. Informou que a meta de Ideb prevista para 2013 foi alcançada e há intenção de ela seja superada. Quanto aos resultados previstos na área de Educação Infantil, destacou a intenção de, até 2016, serem construídas 82 novas Umeis para universalizar o atendimento de crianças de 4 e 5 anos. Disse que, do total de Umeis previstas, 50 compõem o plano obras da Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap - e as demais serão construídas por meio de parceria público-privada - PPP. Disse que há intenção de ampliar para 30.000 o número de vagas para atendimento em horário integral. Quanto aos resultados previstos para o ensino fundamental, citou e comentou as seguintes ações: pretensão de ampliação do Programa Escola aberta em mais de 25% - o programa atende a comunidade local em termos de lazer, trabalho e renda e seu crescimento pode chegar, até 2017, a 5% ao ano; intenção de ampliar o programa Escola nas Férias em 30% - programa propicia às famílias oportunidade de participação no ambiente escolar; propósito de ampliar, de 65.000 a 91.000, o número de vagas no programa Escola Integrada - o programa ocorre por meio de adesão das famílias de alunos; pretensão de funcionamento do programa Escola do Futuro em tempo integral - funcionamento com o suporte de laboratórios de informação e comunicação; criação de 8.000 vagas para o programa Ensino de Música - há intenção de matricular até 2.000 alunos até 2016; Projeto Arte na Escola - foi implantado em parceria com a FMCe há ações em parceria também com Instituto Mineiro pela Paz e com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg; Plano



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

municipal de Segurança escolar - em parceria com a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial - SMSEG, prevê iniciativas direcionadas para segurança física e psicológica, bem como para a prevenção do uso de álcool e outras drogas; Transporte escolar - há intenção de atendimento de 100% da demanda. No que tange à previsão orçamentária para a área de Educação, chamou a atenção para o aumento de 65% dos valores previstos no período 2014-2017 em relação ao período 2010-2013. Quanto aos valores previstos para pessoal, custeio e investimento, observou que, na medida em que se amplia a rede de atendimento, os recursos destinados a pessoal e custeio aumentam e, na medida em que se concluem as edificações, os valores direcionados para investimento diminuem. O vereador Adriano Ventura destacou a relevância cultural do carnaval de rua no Município e pediu mais atenção ao patrimônio artístico e cultural do Município. Defendeu a preservação do patrimônio artístico e cultural do Bairro Lagoinha e advertiu que a construção de um centro administrativo municipal nesse bairro pode causar danos a esse patrimônio cultural. Considerou mais importante que ampliar recursos a sua destinação às áreas adequadas. Julgou exorbitantes os valores destinados à reforma de Umeis por meio de PPPs. Disse acreditar que a gestão pública parece mais econômica do que as PPPs. Apontou a necessidade de criação de programa direcionado ao combate de *bullying* nas escolas, que promova a capacitação de professores e pais. O vereador Gilson Reis apresentou as seguintes considerações em relação à área cultural: considerou muito escassos os recursos destinados à Cultura por meio do PPAG; observou que não há previsão orçamentária para a criação de Secretaria Municipal de Cultura; advertiu para a ausência de proposta direcionada para a recepção de público em 2014, por ocasião da realização da Copa do Mundo; questionou se não foram acolhidas propostas apresentadas na conferência sobre Cultura realizada recentemente, no Município. Quanto à área Modernidade, fez as seguintes observações: não há proposta de realização de concurso público; a proposta de metas e resultados alcançados por servidores parece repetir metodologia utilizada pelo governo do Estado, sem sucesso, a seu ver; dificuldade



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de promover a modernidade, tendo em vista que mais de 69% dos servidores municipais recebem baixos salários, segundo o vereador; indagação sobre a perspectiva de mudança desse contexto de baixos salários nos próximos 4 anos; a ampliação do programa BH Resolve para as regiões Barreiro e Venda Nova não seria eficiente, pois, segundo o vereador, em torno de 90% dos servidores que atuam no programa são terceirizados e não conhecem a estrutura de funcionamento do Município. No que tange às PPPs na área de Educação, considerou que são transferidos para a iniciativa privada, por meio dessas parcerias, valores vultosos e alertou que esse montante repassado pode repercutir negativamente em gestões posteriores do Município. Disse ter conhecimento de que as referidas PPPs são incentivadas pelo o Banco Mundial. Declarou-se indignado com a implementação dessas PPPs, por considerar que elas atendem o interesse privado e não o bem-estar das crianças no Município. O vereador Jorge Santos considerou escassos os investimento na área cultural. Questionou por que foram destinados poucos recursos para a mobilização da comunidade escolar e perguntou se esses recursos referem-se a toda a Rede Municipal de Educação. Indagou por que motivos foram destinados baixos valores de recursos para a prevenção à violência, se os índices de violência contra crianças e professores tem crescido. O vereador Pedro Patrus fez as seguintes observações em relação à área de Educação Infantil: necessidade de ampliação do horário de atendimento, tendo em vista o atendimento, pelas Umeis, em meio horário; pedido de esclarecimentos sobre o atendimento para crianças de 0 a 3 anos, questionou se não é insuficiente para atender a demanda; número de vagas ofertadas para a educação infantil na rede conveniada considerado baixo, tendo em vista a relevância dessa rede no Município; percepção de sobrecarga de trabalho para os professores comunitários e preocupação de que isso possa prejudicar sua produtividade. Quanto à área cultural, considerou o seguinte: os valores de investimentos são baixos; parece ter ocorrido abandono de centros culturais; há necessidade de maior valorização do patrimônio do Município, com atenção especial para o Mercado Distrital de Santa Tereza. O presidente passou a palavra

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

para o público. Uma participante não identificada comentou que um diagnóstico produzido, recentemente, por órgãos que atuam no apoio a crianças e adolescentes aponta que mais de 36% das crianças, no Município, não têm tido o direito a escola e que o público de faixa etária de 12 a 17 anos tem se deparado com dificuldades no ambiente escolar, em virtude de punições abusivas e outras práticas recorrentes. Chamou a atenção para a necessidade de adolescentes frequentarem escola, por haver maior risco de seu envolvimento com drogas fora da escola. Sugeriu a modernização dos métodos de ensino nas escolas por meio do uso de tecnologia, para que sejam mais atrativos para o público adolescente. Apontou a necessidade de implantação de sistema de informação na área direcionada para crianças e adolescentes. Comentou que essa deficiência tem dificultado a atuação dos Conselhos Tutelares. Gildásio Cozenso, analista de sistema da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A - Prodabel, apontou a necessidade de sistema de informatização de melhor qualidade na PBH. Sugeriu a apresentação de emenda ao PPAG por vereadores, para que os órgãos públicos municipais utilizem sistema próprio de informatização. Disse ter conhecimento de tentativa frustrada de privatização da rede municipal de informática, em final de dezembro de 2012. Reclamou da existência de grande número de servidores terceirizados e apontou a necessidade de concurso público na Prodabel. Disse ter conhecimento de recente publicação de projeto de privatização de todo o sistema de gestão informatizada da PBH, que será repassado à iniciativa privada, segundo o convidado, a preço extorsivo. Inez de Oliveira, agente de Saúde PBH e diretora do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte - Sindibel, disse considerar lamentável que o projeto sustentador relativo à gestão estratégia de pessoas não tenha sido melhor apresentado, por entender que os participantes da audiência tiveram dificuldade de compreensão dessa exposição. Observou a ausência, no PPAG, de proposta de realização de concurso público na área de Saúde, no Município. Disse ter conhecimento de projeto de lei que propõe a realização de concurso público, mas considerou insignificante o número de cargos por ele criados. Apontou a

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

necessidade dar ao Sistema Único de Saúde - SUS - condições de atender as demandas do Município. Apontou a necessidade de plano de carreiras na PBH e de plano específico na área de Saúde. Reivindicou o pagamento de férias-prêmio em espécie para os servidores municipais, por entender que se trata de direito desses servidores. Perguntou como seria promovida a valorização dos servidores se as propostas discutidas pelos servidores não constam do PPAG. Vilmar Oliveira, assessor parlamentar do vereador Arnaldo Godoy, considerou que os baixos índices de execução orçamentária apresentados na área de Cultura demonstram pouco interesse por parte da PBH na liberação de recursos para essa área, apesar de haver grande demanda. Pediu esclarecimentos para a não inclusão do Corredor Cultural da Praça da Estação no PPAG. Roberto, militante de movimento *hip hop* e servidor do gabinete parlamentar do vereador Arnaldo Godoy, disse ter participado da elaboração de proposta para o PPAG, juntamente com outros militantes desse movimento cultural. Perguntou por que motivo a proposta não foi aprovada. Dinéia, participante do Fórum Mineiro de Educação Infantil, salientou a necessidade de ampliação das metas físicas e orçamentárias direcionadas para o atendimento, na área de Educação Infantil, direcionada para crianças de 4 e 5 anos. Considerou insuficientes, no PPAG, as metas para prestação de serviço de educação infantil em tempo integral. Defendeu que toda criança tenha direito a escola e que escola em tempo integral seja obrigatória. Reclamou de ausência de meta, no PPAG, direcionada para a oferta de ensino infantil em tempo integral. Antonieta, vice-diretora de Unidade Municipal de Educação Infantil - Umei, apontou a necessidade de valorização dos profissionais da área de Educação Infantil e a equiparação de carreiras nessa área. Perguntou se as crianças na faixa 2 anos e 8 meses a 4 anos não serão mais atendidas em horário integral e se há projeto sustentador direcionado para público com idades de 12 a 16 anos. Às 21h21min, o presidente prorrogou a duração da reunião por 30 minutos. A participante identificada como Cida Coelho informou ser integrante da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte - Sindrede-BH; e afirmou que entregaria à secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Sueli Maria Baliza pauta com propostas direcionadas para a área da Educação, não constantes do PPAG até o momento. Atentou para a ocorrência de terceirizações nessa área. Avaliou que a melhoria da qualidade do serviço de educação não tem sido abrangida no PPAG. Reclamou de demora na concessão de reajuste aos servidores em 2013 e considerou que o reajuste concedido não atende às reivindicações por melhorias salariais. Alexandre, assessor do gabinete parlamentar do vereador Jorge Santos, perguntou por que há baixa execução orçamentária na área de Cultura e decréscimo, nos anos posteriores, dos valores executados. Perguntou sobre o andamento das obras de reforma do Parque Municipal Américo Renné Giannetti. Quanto a área de Modernidade, disse perceber que as metas estabelecidas não preveem a integração entre as várias áreas de atuação da PBH. Considerou que, nessa área, falta planejamento mais global e sistema de informação mais eficiente. No que se refere à área de Educação, considerou incongruentes as metas estabelecidas. Rosa, servidora da Secretaria Municipal de Educação - SMED, avaliou que as ações de combate à violência demonstradas parecem integradas a outras, inclusive a ações direcionadas para o combate ao *bullying*. Uma participante não identificada informou ser gerente de coordenação da Educação Infantil e apontou a existência de *déficit* histórico do Município na área de Educação Infantil. Observou que as obras realizadas por meio de PPPs têm prazo de conclusão significativamente menor que as realizadas pela Sudecap. O secretário municipal adjunto de Educação, Afonso Celso Renan Barbosa, considerou que o vereador Gilson Reis não entendeu as explicações prestadas por ele, em outra ocasião, sobre os custos da construção de uma Umei. Comentou que a PBH possui conselho gestor que acompanha a realização das obras. Ressaltou os esforços da PBH para a construção das Umeis propostas com agilidade. Observou que o tempo gasto para a construção de uma Umei pela Sudecap é de, aproximadamente, 8 meses e, por meio de PPPs, é de 2 anos. Estevão, assessor do vereador Pedro Patrus, disse não considerar pertinentes medidas, na área de Educação, que incluam a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, por entender que tais medidas não facilitariam a resolução das



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pendências existentes na Educação Infantil. Sugeriu que o Programa Proinfância, do governo federal, participe da construção de Umeis. Julgou insuficientes e inaceitáveis as metas do PPAG relativas ao transporte estudantil. O presidente perguntou aos convidados presentes à mesa se gostariam de usar a palavra para responder aos questionamentos apresentados. A secretária municipal Sueli Maria Baliza julgou pertinentes as preocupações sobre o *bullying* e informou a existência de programa disciplinar contra a violência nas escolas, direcionado para a escola e para a família. Considerou que os valores destinados à mobilidade no âmbito escolar não são baixos, mas compatíveis com as necessidades. Ponderou que esses valores podem ser revistos. Quanto à disponibilidade de vagas em tempo integral para a alunos da área de Educação Infantil, disse admitir a necessidade de ampliação, mas observou que isso deve ocorrer de forma sustentável. Explicou que a rede conveniada de educação infantil é implementada por credenciamento, por meio de chamamento público e recebe da PBH o mesmo tratamento que a rede própria. Ponderou que o professor comunitário trabalha bastante, assim como todos os professores do País. Explanou que, na metodologia da escola integrada, são implementadas 9 horas de atividades diárias. Afirmou não estar prevista a equiparação de carreiras na Educação Infantil, mas ponderou estar aberta ao diálogo sobre o assunto. Avaliou que a qualidade da educação tem sido considerada no PPAG. Nada mais havendo a ser tratado, às 21h51min, o presidente declarou encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

Presidente:.....

G:\DIVCATATAS\COMISSAO\2013\FP\Extraordinária\Ata-Comissão Orçamento-23º Reuniao Extraordinária-15-10-13-PPAG Educação, Cultura, Juventude.doc

/Abilio Fernandes

<p>ATA APROVADA</p> <p>(art. 71 - §§ 1º e 2º - Regimento Interno) distribuída em avulso, no dia <u>13/11/13</u>, não foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p><u>26.11.13</u></p> <p></p> <p>Presidente</p>
--